

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação nº 16/2019

Nº PROCESSO: 00190.103423/2019-17.

PARTE ADERENTE: Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, como sede na Rua Santa Luzia, 732, Centro, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20.030-042. inscrito no CNPJ sob o n.º 27.532.498/0001-90.

OBJETO: Aderir ao Acordo de Cooperação Técnica nº 16/2019, firmado entre Controladoria-Geral da União e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, com o objetivo de estabelecer a cooperação técnica e o intercâmbio de dados, conhecimentos, informações e experiências, visando ao fortalecimento e à disseminação de mecanismos de participação social, controle social e avaliação social de políticas públicas e serviços públicos, no âmbito da Rede Nacional de Ouvidorias, instituída pela Instrução Normativa nº 03/2019, do Programa de Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas, instituído pela Portaria CGU nº 1.864, de 24 de outubro de 2016, e do Programa de Formação Continuada em Ouvidoria, instituído pela Instrução Normativa 06/2018, alterada pela Instrução Normativa nº 16/2018.

RECURSOS: Não haverá transferência de recursos entre os partícipes.

VIGÊNCIA: O acordo terá vigência de 60 (sessenta) meses após assinatura do acordo.

DATA DE ASSINATURA: 20/09/2019

SIGNATÁRIO: O Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, o Conselheiro Thiers Vianna Montebello.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação nº 16/2019

Nº PROCESSO: 00190.103423/2019-17.

PARTE ADERENTE: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia com sede na av. Presidente Dutra, 4229, Olaria, Porto Velho (RO), CEP 76.801-327, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.801.221/00001-10.

OBJETO: Aderir ao Acordo de Cooperação Técnica nº 16/2019, firmado entre Controladoria-Geral da União e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, com o objetivo de estabelecer a cooperação técnica e o intercâmbio de dados, conhecimentos, informações e experiências, visando ao fortalecimento e à disseminação de mecanismos de participação social, controle social e avaliação social de políticas públicas e serviços públicos, no âmbito da Rede Nacional de Ouvidorias, instituída pela Instrução Normativa nº 03/2019, do Programa de Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas, instituído pela Portaria CGU nº 1.864, de 24 de outubro de 2016, e do Programa de Formação Continuada em Ouvidoria, instituído pela Instrução Normativa 06/2018, alterada pela Instrução Normativa nº 16/2018.

RECURSOS: Não haverá transferência de recursos entre os partícipes.

VIGÊNCIA: O acordo terá vigência de 60 (sessenta) meses após assinatura do acordo.

DATA DE ASSINATURA: 08/10/2019

SIGNATÁRIO: O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, o Conselheiro Edilson de Sousa Silva.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação nº 16/2019

Nº PROCESSO: 00190.103423/2019-17.

PARTE ADERENTE: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, com sede no Palácio Flores da Cunha, Rua sete de setembro, 388, Centro Histórico, Porto Alegre (RS), CEP 90.010-190, inscrito no CNPJ sob o n.º 89.550.032/0001-74.

OBJETO: Aderir ao Acordo de Cooperação Técnica nº 16/2019, firmado entre Controladoria-Geral da União e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, com o objetivo de estabelecer a cooperação técnica e o intercâmbio de dados, conhecimentos, informações e experiências, visando ao fortalecimento e à disseminação de mecanismos de participação social, controle social e avaliação social de políticas públicas e serviços públicos, no âmbito da Rede Nacional de Ouvidorias, instituída pela Instrução Normativa nº 03/2019, do Programa de Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas, instituído pela Portaria CGU nº 1.864, de 24 de outubro de 2016, e do Programa de Formação Continuada em Ouvidoria, instituído pela Instrução Normativa 06/2018, alterada pela Instrução Normativa nº 16/2018.

RECURSOS: Não haverá transferência de recursos entre os partícipes.

VIGÊNCIA: O acordo terá vigência de 60 (sessenta) meses após assinatura do acordo.

DATA DE ASSINATURA: 14/10/2019.

SIGNATÁRIO: O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, o Conselheiro Iradir Pietroski.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação nº 16/2019

Nº PROCESSO: 00190.103423/2019-17.

PARTE ADERENTE: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Bulcão Viana, 90, Centro, Caixa Postal 733, Florianópolis (SC), CEP 88.020-160, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.279.448/0001-13.

OBJETO: Aderir ao Acordo de Cooperação Técnica nº 16/2019, firmado entre Controladoria-Geral da União e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, com o objetivo de estabelecer a cooperação técnica e o intercâmbio de dados, conhecimentos, informações e experiências, visando ao fortalecimento e à disseminação de mecanismos de participação social, controle social e avaliação social de políticas públicas e serviços públicos, no âmbito da Rede Nacional de Ouvidorias, instituída pela Instrução Normativa nº 03/2019, do Programa de Avaliação Cidadã de Serviços e Políticas Públicas, instituído pela Portaria CGU nº 1.864, de 24 de outubro de 2016, e do Programa de Formação Continuada em Ouvidoria, instituído pela Instrução Normativa 06/2018, alterada pela Instrução Normativa nº 16/2018.

RECURSOS: Não haverá transferência de recursos entre os partícipes.

VIGÊNCIA: O acordo terá vigência de 60 (sessenta) meses após assinatura do acordo.

DATA DE ASSINATURA: 09/09/2019

SIGNATÁRIO: O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior.

Conselho Nacional do Ministério Público

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2020

Processo: 19.00.6100.0001263/2018-40. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: VIP SERVICE LOCADORA E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 02.605.452/0001-22. Objeto: Contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal - APF, por demanda e no âmbito do Distrito Federal - DF. Modalidade: Pregão Eletrônico MPOG nº 01/2019. Valor estimado do contrato: R\$ 76.635,40 (setenta e seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos). Vigência: 13/02/2020 a 13/02/2021. Data de Assinatura: 10/02/2020. Programa/Atividade: 03.032.2100.8010.0001. Categoria Econômica 3.3.9.0.33.05. Nota de Empenho: 2020NE000083. Signatário da Contratante: Mateus Willig Araujo. Signatário da Contratada: Andreia da Silva Lima.

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

EDITAL MPU Nº 19, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

6º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA AS CARREIRAS DE ANALISTA E DE TÉCNICO DO MPU

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, considerando a competência delegada por meio da Portaria PGR/MPU nº 683, de 23 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 30 setembro de 2013, seção 1, em razão do trânsito em julgado da sentença proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0059501-50.2010.4.01.3400, em andamento na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, torna pública a exclusão da condição de sub júdice do candidato Leandro de Jesus Souza, inscrição nº 10795343, bem como, a inclusão desse candidato, na condição regular, no resultado final na perícia médica dos candidatos que se declararam portadores de deficiência e no resultado final no concurso, para o cargo de Técnico Administrativo/DF, divulgados por meio dos subitens 2.361 e 3.361.1 do Edital nº 28 - PGR/MPU, de 10 de novembro de 2010, retificado pelo Edital nº 3 - PGR/MPU, de 10 de fevereiro de 2011 e pelo Edital nº 17 - PGR/MPU, de 8 de junho de 2011, publicados no Diário Oficial da União, conforme a seguir especificado.

Torna pública, ainda, em razão da inclusão acima, que os candidatos ao Cargo 46: Técnico Administrativo/DF qualificados como portadores de deficiência classificados a partir da 26ª posição passam a ter sua classificação alterada mediante a inclusão de uma unidade.

[...]

2 Relação final dos candidatos qualificados na perícia médica como portadores de deficiência, na seguinte ordem: cargo/área/UF de vaga, número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

[...]

2.361 Técnico Administrativo/DF
10795343, Leandro de Jesus Souza.

[...]

3 Resultado final no concurso público, exceto para os cargos de Técnico/Apoio Especializado/Segurança e Transporte, na seguinte ordem: cargo/área/UF de vaga, número de inscrição, nome do candidato, nota em ordem decrescente e classificação final no concurso público.

[...]

3.361 Técnico Administrativo/DF

[...]

3.361.1 Resultado final no concurso público dos candidatos qualificados como portadores de deficiência, exceto para os cargos de Técnico/Apoio Especializado/Segurança e Transporte, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato, nota em ordem decrescente e classificação final no concurso público.

10795343, Leandro de Jesus Souza, 98,47, 26.

[...]

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.006/2019

Termo de Credenciamento nº 2006/2019, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e MYLENA KELLY DE SÁ BARRETO PEIXOTO REBOUÇAS- Processo nº 1.15.000.002486/2019-51. Objeto: Prestação de Serviços Paramédicos. Elemento de despesas: 33.90.36 - Programa de Trabalho nº 03301058120040001. Notas de empenho/MPF: nº 2019NE000117, de 29/01/2019; MPT: nº 2019NE000026, de 10/01/2019; MPM: nº 2019NE000023, de 03/01/2019; Programa de Trabalho nº 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: nº 2019NE000124, de 06/02/2019 e Programa de Trabalho nº 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP nº 2019NE000221, de 18/02/2019. Vigência: 16/12/2019 a 15/12/2024. Data de Assinatura: 17/12/2019. Assinatura: pelo Credenciante: RAIMUNDO FRANCISCO DE AGUIAR SOUSA, Diretor Executivo Adjunto e pela Credenciada: MYLENA KELLY DE SÁ BARRETO PEIXOTO REBOUÇAS.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 25/2020

Termo de Credenciamento nº 1905/2019 celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e SANATÓRIO SÃO JOSÉ LTDA. Objeto: prestação de serviços médicos hospitalares. Processo: 1.29.000.003643/2019-50. Elemento de despesa: 33.90.36 - Programa de Trabalho: 03301058120040001. Nota de Empenho: 2019NE000473, em 20/02/2019. Vigência: 20/01/2020 a 19/01/2025. Assinatura: pelo Credenciante, MARCIUS CORREIA LIMA e pelo Credenciado, LUIZ ANTONIO SAINT PASTOUS GODOY.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 36/2020

Termo de Credenciamento nº 36/2020, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e DANIELLE SANTOS MARTINS CARNEIRO SILVA- Processo nº 1.15.000.002744/2019-07. Objeto: Prestação de Serviços Paramédicos. Elemento de despesas: 33.90.36 - Programa de Trabalho nº 03301058120040001. Notas de empenho/MPF: nº 2019NE000117, de 29/01/2019; MPT: nº 2019NE000026, de 10/01/2019; MPM: nº 2019NE000023, de 03/01/2019; Programa de Trabalho nº 03301058120040053. Nota de Empenho/MPDFT: nº 2019NE000124, de 06/02/2019 e Programa de Trabalho nº 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP nº 2019NE000221, de 18/02/2019. Vigência: 23/01/2020 a 22/01/2025. Data de Assinatura: 23/01/2020. Assinatura: pelo Credenciante: MARCIUS CORREIA LIMA, Diretor Executivo e pela Credenciada: DANIELLE SANTOS MARTINS CARNEIRO SILVA.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 3/2020

Termo de Credenciamento nº 3/2020, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e PERBOYRE CASTELO RADIOLOGIA DIAGNÓSTICA POR IMAGEM S/S LTDA - Processo nº 1.15.000.002583/2019-43. Objeto: Prestação de Serviços Odontológicos. Elemento de despesas: 33.90.39 - Programa de Trabalho nº 03301058120040001. Notas de empenho/MPF: nº 2019NE000115, de 29/01/2019; MPT: nº 2019NE000027, de 10/01/2019; MPM: nº 2019NE000024, de 03/01/2019; Programa de Trabalho nº 03301058120040053, MPDFT: Nota de Empenho: 2019NE000123, de 06/02/2019 e Programa de Trabalho nº 03301210020045664, CNMP: Nota de Empenho: nº 2019NE000220, de 18/02/2019. Vigência: 06/08/2019 a 05/08/2024. Data de Assinatura: 16/01/2020. Assinatura: pelo Credenciante: MARCIUS CORREIA LIMA, Diretor Executivo e pelo Credenciado: MANOEL PERBOYRE GOMES CASTELO.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº 1.739/2019

Primeiro Termo Aditivo ao Credenciamento nº 1739/2019, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e CENTRO AVANÇADO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - Processo nº 1.15.000.001473/2019-64. Objeto: Retificação da alínea "a" da cláusula oitava - do preço. Vigência: 12/05/2019 a 11/05/2024. Data de Assinatura: 02/01/2020. Assinatura: pelo Credenciante: RAIMUNDO FRANCISCO DE AGUIAR SOUSA, Diretor Executivo Adjunto e pelo Credenciado: BOGHOS BOYADJIAN.



ESCOLA SUPERIOR

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Pregoeira da ESMPU torna público a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 25/2019, em favor da empresa ÁGUA MINERAL BONJOUR LTDA, CNPJ n. 10.934.430/0001-34, para os itens 1 e 2, no valor de R\$ 39.487,50 (trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e R\$ 13.162,50 (treze mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), respectivamente; em favor da empresa CALEVI MINERADORA E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 03.160.007/0001-69, para os itens 3 e 4, no valor de R\$ 13.188,00 (treze mil, cento e oitenta e oito reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), respectivamente. Processo nº 0.01.000.004764/2019-34.

FLAVIA ESTEFANIA BORGES TEGOSHI

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: Contrato nº 008/SG/MPDFT/2020. Processo nº 08191.078500/2019-87. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: AMBIENTALIS ANÁLISES DE AMBIENTES LTDA; CNPJ: 06.164.913/0001-20. Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de análise microbiológica e de diagnóstico da qualidade do ar de ambientes (IGRUP0 1) de acordo com as condições e as especificações do contrato e dos anexos do edital. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 01/2020. Vigência: 18/2/2020 até 17/2/2021. Valor anual estimado: R\$ 24.332,28. Programa de Trabalho: 03062058142610053, Elemento de Despesa: 339039. Nota de Empenho: 2020NE000112, de 22/1/2020. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral, CONTRATADA: WLADIMIR HORN HULSE, Sócio-Diretor. Data da assinatura: 12 de fevereiro de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 02/2020. Contratantes: Ministério Público Federal e a empresa Carlos Cesar Vieira. CNPJ: 24.928.103/0001-84. Objeto: Serviços, sob demanda, para a confecção e o fornecimento de carimbos autoentitados, borrachas e placas de texto, fornecimento de insumos (refis e tintas). Modalidade: Pregão Eletrônico nº 67/2019. Valor total estimado: R\$ 4.523,70. Vigência: 22/01/2020 a 21/01/2021. Data de Assinatura: 22/01/2020. Nota de Empenho: 2020NE000009, de 13/01/2020. Programa de Trabalho: 03062003142640001. Elemento de Despesa: 3.3.90.30-16. Signatários: pelo Contratante, DENISE CHRISTINA DE REZENDE NICOLAIDIS, Secretária de Administração; e pela Contratada, CARLOS CESAR VIEIRA, representante. Processo MPF/PGR: 1.00.000.016883/2019-32.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 03/2020. Contratantes: Ministério Público Federal e a empresa Calevi Mineradora e Comércio Ltda-EPP. CNPJ: 03.160.007/0001-69. Objeto: O fornecimento, de forma parcelada, de água mineral, com e sem gás, envasadas em garrafas de 500ml. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 09/2018-ESMPU. Valor total: R\$ 14.496,00. Vigência: 17/01/2020 a 16/01/2021. Data de Assinatura: 17/01/2020. Nota de Empenho: 2020NE000010, de 13/01/2020. Programa de Trabalho: 03062003142640001. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.07. Signatários: pelo Contratante, JOSE LUCIANO ALVES DA ROCHA, Secretário de Administração Substituto Eventual; e pela Contratada, PABLO CRISPIM LOUREIRO, Sócio. Processo MPF/PGR: 1.00.000.026662/2019-72.

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

Espécie: Termo de Cessão de Uso nº 01/2020. Contratantes: Ministério Público Federal e a empresa Caixa Econômica Federal. CNPJ: 00.360.305/2660-58. Objeto: Cessão de uso oneroso de espaço físico em imóvel da Administração Pública, para exploração comercial de serviços bancários e de terminais de autoatendimento bancário na Procuradoria Geral da República. Valor total: R\$ 3.487,63. Vigência: 11/02/2020 a 10/02/2025. Data de Assinatura: 22/01/2020. Signatários: pelo Contratante, DENISE CHRISTINA DE REZENDE NICOLAIDIS, Secretária de Administração; e pela Contratada, JOSÉ EDUARDO FERREIRA DE RESENDE, Representante. Processo MPF/PGR: 1.00.000.016342/2019-12.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Termo de Permissão de uso nº 01/2017. Contratantes: Ministério Público Federal e a empresa Banco Bradesco. CNPJ: 60.746.948/0001-12. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, atualizar o valor devido pelo ressarcimento às despesas adicionais e reajustar o valor da taxa de remuneração mensal da outorga de permissão de uso, a título precário e oneroso, de espaço físico em imóvel da Administração, para exploração comercial, por instituições financeiras de serviços bancários no edifício-sede da Procuradoria Geral da República. Vigência: 03/01/2020 a 02/01/2021. Data de Assinatura: 23/12/2019. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 13.788,96. Signatários: pelo Contratante, DENISE CHRISTINA DE REZENDE NICOLAIDIS, Secretária de Administração; e pela Contratada, KLEUBER MONTEIRO BARROS, Representante. Processo MPF/PGR: 1.00.000.021435/2018-70.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 - UASG 200100

Nº Processo: 007927/2019-33. Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de telefonia e afins.. Total de Itens Licitados: 28. Edital: 12/02/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. "c", Blocos de "a" a "f" - Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200100-5-00010-2020. Entrega das Propostas: a partir de 12/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/02/2020 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

SIRLENE FERREIRA SOBRAL
Coordenadora de Licitações e
Substituta

(SIASGnet - 11/02/2020) 200100-00001-2020NE000001

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2019

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro torna público, para conhecimento dos interessados, que na licitação em epígrafe, cujo objeto é Contratação de serviços manutenção preventiva e manutenção corretiva de condicionadores de ar tipo janela, condicionadores de ar tipo split e condicionadores de ar central (SELF CONTAINER), incluindo o fornecimento de peças e o serviço de limpeza e higienização de dutos, foi vencedora a empresa:

ITEM	CNPJ	NOME	VALOR TOTAL
1	05.956.304/0001-40	ENGE-WALL CONSTRUÇOES LTDA	R\$ 14.082,29 (quatorze mil, oitenta e dois reais e vinte e nove centavos)

GIORGIO REGIS MOREIRA XENOFONTE



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2019

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE. CONTRATADA: EXECUTIVA SERVIÇOS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI, CNPJ 01.878.439/0001-84. Objeto: Prorrogação. Vigência: 03/06/2020 a 02/06/2021. Assinatura: 07/02/2020. Valor global estimado em 12 (doze) meses: R\$ 172.995,36 (cento e setenta e dois mil, novecentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos). Fundamento Legal: Inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993, devidamente atualizada. Crédito da despesa: 03062058142640001. Assinam: Paulo Machado Corrêa, pela Contratante; e Celso Luiz Mendonça de Souza, pela Contratada. Processo: 1.10.000.000548/2018-95.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 05/2016. Processo nº: 1.13.000.000119/2020-21. Contratante: União, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Amazonas, representada neste ato por sua Secretária Estadual, Sra. Flávia Manarte Hanna. Contratada: CLARO S/A, CNPJ: 40.432.544/0001-47. Objeto: Prorrogar vigência do contrato. Valor Anual Estimado: R\$ 32.889,32 (trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos). Vigência: 01/03/2020 a 28/02/2021. Modalidade: Pregão nº 22/2015. Data de Assinatura: 10/02/2020. Assinaturas: Sra. Flávia Manarte Hanna - Secretária Estadual da PR/AM, pela Contratante as Sras. Juliana Franco Jibrán Hsieh e Fernanda de Paula e Silva Arruda - Representantes legais, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL - PRDF e o INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 ano (s). Data e assinatura: 10/02/2020. CLÁUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA, PROCURADOR CHEFE DA PRDF e LUCIANA MAYOKO MASSUKADO, REITORA DO IFB. Processo Administrativo: 1.16.000.000394/2020-32.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO - PR/MA e a FACULDADE DE BALSAS - UNIBALSAS. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 06/02/2020 a 05/02/2023. Data e assinatura: 06/02/2020. THAYNÁ FREIRE DE OLIVEIRA/PROCURADORA DA REPÚBLICA/PROCURADORA-CHEFE SUBSTITUTA DA PR/MA e RENAN FRANCISCO HONAISSER/DIRETOR GERAL DA UNIBALSAS. Processo Administrativo nº 1.19.000.000262/2020-07.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 7/2015

PGEA n.º 1.21.000.000218/2015-73. Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul. Contratada: SJT - Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda - EPP. Objeto: Suprimir os três postos de vigilância da PRM Ponta Porã a partir de 01/02/2020 em virtude de sua desinstalação, alterando o item 2.1 da Cláusula Segunda, a Cláusula Décima Segunda e o Caput da Cláusula Décima Quinta do Contrato. Com a supressão, o valor global do contrato passa para R\$ 11.011.774,41 e o valor global mensal passa para R\$ 158.434,46. Valor atualizado da garantia contratual: R\$ 95.060,68. Elemento de Despesa: 339037. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Data da Assinatura: 10/02/2020. Assinam: Tânia Akemi Fujisawa Uemura, Secretária Estadual, pela Contratante, Adilson João Beviláqua. Sócio-Proprietário, pela Contratada. Ratificação da Autoridade Superior: Sílvio Pettengill Neto.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2017

CONTRATANTES: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Paraná, e MBM SEGURADORA S.A. OBJETO: manutenção do preço e prorrogação do prazo de vigência. VALOR GLOBAL ANUAL: R\$ 3.588,48. VIGÊNCIA: 21/04/20 a 20/05/21. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 02/2017, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 10.520 de 17/07/02, Decreto nº 5.450, de 31/05/05, e ainda as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/93. ASSINATURA: 27/01/20. PROCESSO: 1.25.000.004346/2016-28. ASSINAM: Marcela Puig Kaczorowski, Coordenadora de Administração, pela Contratante, e Jair Beltrami e Luiz Eduardo Dilli Gonçalves, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato MPF/PRPE nº 03/2020. Procedimento: 1.26.000.000240/2020-02. Objeto: Fornecimento de água mineral de fonte natural, sem gás, acondicionada em garrafas de 20 (vinte) litros, à Procuradoria da República Polo Petrolina/Juazeiro, durante o exercício de 2020. Contratante: União, por intermédio da PRPE, representada pelo Exmo. Sr. Procurador da República Cláudio Henrique Cavalcante Machado Dias. Contratada: DURANDO & OLIVEIRA LTDA., inscrita no CNPJ/MF nº 04.300.222/0001-80, representada pela Sra. Veridiana Durando Santana. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93. Elemento de despesa: 3.3.90.30.07 Programa de trabalho: 03062058142640001. Nota de empenho: 2020NE000054, em 30.01.2020. Prazo de vigência: 07.02.2020 a 31.12.2020. Assinatura: 07.02.2020.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

No Contrato n.º 06/2020, cujo extrato foi publicado no DOU n.º 10, Seção 3, fls. 122, de 15/01/2020, na tabela constante da CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO DO CONTRATO ORIGINÁRIO, ITEM 15, referente à PRM/PIRACICABA, onde se lê valor mensal por posto de R\$ 4.630,57, leia-se valor mensal por posto de R\$ 4.639,57 e onde se lê valor mensal de R\$ 4.630,57, leia-se valor mensal de R\$ 4.639,57.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020 - UASG 200008

Nº Processo: 19.03.0001322/19. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada no ramo de engenharia para prestação de serviços de manutenção do sistema de climatização a serem realizados na Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ, incluindo fornecimento de mão de obra, ferramentas e materiais de consumo, conforme Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 12/02/2020 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Vargas, 522 - 9º Até 13º, 15º, 16º e 22º Andares, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200008-5-00009-2020. Entrega das Propostas: a partir de 12/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/02/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital do Pregão poderá ser retirado nos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br ou <http://www.mpm.mp.br/pregao-eletronico>.

CARLOS ALBERTO DE SOUSA LIMA
Coordenador de Licitações

(SIASGnet - 10/02/2020) 200008-00001-2020NE000036

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - UASG 200200

Nº Processo: 011368.2019.81. Objeto: Contratação de serviços de telejornalismo, para a produção de conteúdo destinado à divulgação da atuação institucional e de temas de interesse do Ministério Público do Trabalho necessários à produção de 12 edições do programa televisivo Trabalho Legal, a ser exibido na TV Justiça e demais veículos autorizados pela Assessoria de Comunicação da Procuradoria Geral do Trabalho, de acordo com as especificações e demais condições descritas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 12/02/2020 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Saun Qd. 5, Lote C, Torre A, Centro Empresarial Cnc, Cep: 70.040-250, Brasília-df, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200200-5-00003-2020. Entrega das Propostas: a partir de 12/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/02/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais:

LAURIBERTO MAXIMO ALVES
Pregoeiro

(SIASGnet - 10/02/2020) 200200-00001-2020NE000018

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 02/2018. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses. PROCESSO PGEA Nº 20.02.2000.0000003/2016-25. PARTES: M.P.T./Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região e Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju - CARE. CNPJ do contratado: 03.776.659/0001-22. ASSINAM: Dr. Alexandre Magno Morais Batista de Alvarenga, pela PRT20 e Sra. Socorro Soares dos Santos Alves, pela Cooperativa. DATA DA ASSINATURA: 07/02/2020.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato nº 02/2019 firmado em 08/03/2019, com a empresa EDWALDO VIANA LIMA FILHO - ME; CNPJ 25.140.589/0001-54; Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato até 08/03/2021; Fundamento Legal: art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93; Processo: 000064.2020.22.900/8; Signatários: pela Contratante, Maria Elena Moreira Rego, Procurador-Chefe, e pela Contratada, EDWALDO VIANA LIMA FILHO.

AVISO DE ALTERAÇÃO

PREGÃO Nº 1/2020

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 30/01/2020 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de engenharia para execução de adaptação física do edifício sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região, em Teresina/PI. Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 14/02/2020 das 08h00 às 17h00. Endereço: Av. Miguel Rosa, 2862/norte Centro - TERESINA - PI. Entrega das Propostas: a partir de 14/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/03/2020, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ALYSSON NUNES DE MOURA ALMEIDA
Pregoeiro

(SIDE - 11/02/2020) 200098-00001-2019NE000024

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2020

Contratantes: União Federal, por intermédio da PRT da 23ª Região, e Day Clean Comercio e Serviços LTDA, CNPJ 20.808.991/0001-40. Objeto: Contrato de prestação de serviço de jardinagem, sob demanda, para a PTM de Rondonópolis. Modalidade: Dispensa de Licitação - art. 24, II da Lei 8.666/93. Vigência: 27/01/2020 a 31/12/2020. PGEA nº 20.02.2301.000005/2020-03. Valor do contrato: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) por 1 serviço. Signatários: Dr. Rafael Mondego Figueiredo, Procurador-Chefe, pela Contratante, e Ana Paula Réa de Souza, pela Contratada.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DE GESTÃO DE
PROCESSOS E INFORMAÇÕES
SECRETARIA DE GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 113/2020-TCU/SEPROC, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

TC 027.610/2018-7 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA Rosevânia Rodrigues de Souza (CPF 878.098.935-72), para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS), valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 10/2/2020: R\$ 1.219.203,13; sendo parte em solidariedade com o responsável Josivaldo Ferreira da Silva (CPF 452.685.685-15). O débito decorre da ausência de documentação comprobatória na realização de despesas com recursos do Fundo Nacional de Saúde, período de 2007 (Constatações 17031, 17032, 16996, 28358, 17244 e 16986 do Relatório de Auditoria do Denasus n. 7.165), a qual caracteriza infração ao artigo 70 da Constituição da República Federativa do Brasil, artigos 62 e 63 da Lei 4.320/1964 c/c o art. 11 do Decreto 1.651/1995. A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 10/2/2020: R\$ 1.914.905,14; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora citado, caso figure no rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), d) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992); e) declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992); f) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas eleições no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para os fins previstos no art. 1º, inciso I, alínea g e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990. A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Conseqüentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos. Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992). A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal. Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Seproc ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DE INFRAESTRUTURA
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE PETRÓLEO
E GÁS NATURAL

EDITAL Nº 1/2020-TCU/SEINFRA-PETRÓLEO, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

TC 030.069/2018-1 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA a empresa AngraPorto Offshore Logística Ltda, CNPJ 05.751.192/0001-91, na pessoa de seu representante legal, para no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 11/2/2020: R\$ 2.382.385,10; sendo em solidariedade com os responsáveis: Carlos Heleno Netto Barbosa - CPF: 234.696.176-00; Carlos Roberto Velasco - CPF: 283.558.736-53; Mauro Luiz Soares Zamprogno - CPF: 809.770.497-87.

O débito decorre de evidências constantes na Ação Penal 2005.51.01.503579-3 da Justiça Federal, de indícios de fraude ao contrato 2050.0007001.04.2 com a celebração irregular de termos aditivos, resultando em prejuízos à Petrobras e ferindo os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade e da Moralidade.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 11/2/2020: R\$ 4.511.406,85; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Conseqüentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

Informações detalhadas acerca do processo, das irregularidades acima indicadas, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e dos cofres credores podem ser obtidas junto à SeinfraPetróleo ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

VIVIANE CRISTINE C. B. DUARTE SOMOGYI
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 3

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Processo: TC-022.365/2019-2; b)Espécie: 2º TA ao CT nº 12/2018, firmado em 11/02/2020, entre o TCU e a empresa EXPECTA SERVIÇOS EM MEDICINA PREVENTIVA LTDA; c)Objeto: Alteração e prorrogação até 28/02/2021; d)Fundamento Legal: artigos 57, inciso II e 65, inciso II, alínea "a", ambos da Lei nº 8.666/93; e)Valor: R\$ 493.308,48; f)NE: 2020NE000168; g)Signatários: pelo Contratante, Adriano Cesar Ferreira Amorim, e, pelo Contratado, José Tiago Funabashi dos Santos.

